

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.222.074 - SP (2017/0323595-0)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO ECAD
ADVOGADA : KARINA HELENA CALLAI - DF011620
ADVOGADA : ROSÂNGELA MARIA OLIVEIRA LOIOLA - DF026550
AGRAVADO : EDUARDO L ABBATE MANCHON
ADVOGADO : FILIPE TAVARES DA SILVA - SP229615

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão que recebeu a seguinte ementa (e-STJ fl. 161):

AÇÃO DECLARATÓRIA - Pretensão de reconhecimento da inexigibilidade de recolhimento de direitos autorais - Ação reconvenicional objetivando indenização pela violação de direitos autorais - Improcedência dos pedidos - Inconformismo da ré/reconvinte - Desacolhimento - Aplicação do disposto no art. 252 do RITJSP - Ratificação da maioria dos fundamentos da sentença - Entendimento desta Câmara de que a reconvinte possui legitimidade para pleitear indenização decorrente da execução não autorizada das obras - Sentença mantida - Recurso desprovido.

Alega-se ofensa aos arts. 286 e 535 do Código de Processo Civil, bem como dissídio.

Sustenta-se a possibilidade de pedido genérico, porém determinado, uma vez que inviável a delimitação do conteúdo econômico da pretensão deduzida, notadamente em razão da natureza do pedido (15% sobre o valor do contrato de locação do salão comercial no qual realizado o evento) e de que o valor da indenização dependeria de exibição de documento em poder do recorrido.

Relatados, passo a decidir.

Trata-se de ação declaratória de inexigibilidade de recolhimento de direitos autorais movida pelo recorrido contra o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD. Este, por sua vez, apresentou reconvenção requerendo o pagamento de indenização pela violação dos direitos autorais em razão de execução de obras musicais em festa sem autorização.

A sentença julgou a reconvenção, nos seguintes termos (e-STJ fl. 140):

Assim, concluo que a ação não vinga, mas tampouco há cabimento no pagamento exigido em reconvenção, porque a parte deduziu pedido genérico, fora das hipóteses do Art. 286 do CPC, e não o pagamento de multa referida no Art. 109 da Lei 9610/98. Além disso, o Art. 110 da Lei 9610/98 não garante ao reconvinte o direito de receber, em nome próprio, qualquer indenização pelo acontecido.

O Tribunal de origem, a seu turno, após adotar os termos da sentença, limitou-se a acrescentar o seguinte (e-STJ fls. 163/164):

E nada justifica a reforma do julgado, pois o pedido reconvenicional foi feito de maneira bastante genérica, sem que o apelante informasse o valor que o apelado deveria originariamente pagar, como determina o art. 109 da Lei n. 9.610/98.

Cabe ressaltar, por fim, que é entendimento desta Câmara de que o ECAD possui legitimidade para pleitear indenização decorrente da execução não autorizada de obras musicais.

Em suma, a r. sentença apelada não comporta reparos.

Ante o exposto, pelo meu voto, nego provimento ao recurso.

Em embargos de declaração o ECAD postulou pronunciamento mais detalhado sobre a questão, sem sucesso, conforme se depreende do acórdão (e-STJ fls. 175/176):

Sustenta a embargante, para fins de prequestionamento, que o v. acórdão é omissivo porque não se pronunciou sobre a apuração do montante devido que estava condicionado à apresentação do contrato de locação do espaço em que foi realizado o evento. Salienta que o Regulamento de Arrecadação vigente à época dos fatos fixou o montante da retribuição autoral em 15% sobre o valor do aluguel do salão comercial. Assevera que o pedido genérico formulado é justificado pelo art. 286 do Código Civil, quando a apuração do valor depender de informação de conhecimento exclusivo do réu. Pede o acolhimento dos embargos.

É o relatório.

Os embargos devem ser rejeitados. O art. 535 do Código de Processo Civil autoriza a interposição do recurso quando o acórdão contiver

obscuridade, contradição ou omissão. Não é o caso dos autos, pois o aresto embargado, diferentemente do que afirma a embargante, não padece nem remotamente do vício suscitado.

Não há, pois, omissão. O que se nota é que a embargante não concorda com o que foi decidido, buscando um novo julgamento, o que não é possível na via dos embargos de declaração.

É dizer, os presentes embargos têm caráter nitidamente infringente, na medida em que a embargante tenciona reabrir a discussão sobre matéria já decidida, o que é incabível na via ora escolhida.

E mesmo que o v. acórdão embargado fosse omissivo na apreciação de alguns pontos suscitados pela embargante, é preciso não perder de vista que "o juiz não se vincula ao dever de responder a todas as considerações postas pelas partes, desde que já tenha encontrado, como na hipótese, motivo suficiente para embasar a sua decisão, não estando obrigado a ater-se aos fundamentos por elas indicados e muito menos a responder a cada item de suas colocações" (REsp 101485/SP, 4a Turma, Rei. Min. César Asfor Rocha, DJ 30.6.1997).

Urge salientar, de resto, que vários julgados do Excelso Supremo Tribunal Federal e do Colendo Superior Tribunal de Justiça têm dispensado o prequestionamento explícito, desde que a questão jurídica tenha sido examinada pelo tribunal local (AI 551597 AgR-terceiro/RS, Segunda . Turma, Rei. Min. Ricardo Lewandowski, j.6.12.2011; RE 585028 AgR/SP, Primeira Turma, Rei. Min. Ricardo Lewandowski, j. 3.5.2011; EREsp 134.208/SP, Corte Especial, Rel.Min. Edson Vidigal, j. 7.11.2001; REsp 130031/SP, Segunda Turma, Min. Adhemar Maciel, DJ em 29.9.97).

Em suma, na ausência de quaisquer das hipóteses do art.535 do Código de Processo Civil, o recurso não merece acolhimento.

Entendo que o posicionamento adotado pelas instâncias de origem, de fato, ofende o texto legal do art. 286 do Código de Processo Civil de 1973.

Art. 286. O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico:

- I - nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados;
- II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito;
- III - quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

O pedido veiculado na reconvenção proposta pelo Escritório Central de Arrecadação e Distribuição - ECAD foi lavrado nos seguintes termos:

"seja o reconvindo condenado ao pagamento de indenização pela violação de direitos autorais, pela execução mecânica de obras lítero-musicais e musicais festa promovida no salão de festas do Hotel Unique, sem a prévia autorização do ECAD, cujo o que deverá ser apurado, em sede de liquidação de sentença, mediante a aplicação do Regulamento de Arrecadação do ECAD conforme já indicado" (sic e-STJ fl. 112).

Ao contrário do que laconicamente registraram as instâncias de origem, entendo que a natureza da demanda permite a formulação de pedido genérico, uma vez que, nos termos da fundamentação aviada na petição (*in status assertionis*), a quantificação dos valores eventualmente devidos a título de direitos autorais pela realização de evento nas dependências da parte recorrida depende de análise de questões fáticas e probatórias, a serem apuradas em instrução/dilação, não sendo possível uma delimitação imediata na inicial.

Assim, merece amparo a pretensão.

Em sentido semelhante:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.
RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO.
DANOS MATERIAIS. PEDIDO GENÉRICO. POSSIBILIDADE.

1. Esta Corte Superior, nos casos de indenização por danos materiais, é firme no seguinte sentido: "muito embora a lei processual imponha que o pedido seja certo e determinado não obsta que o mesmo seja genérico, como, in casu, em que foi requerida a indenização pelos danos materiais e morais sem definição, initio litis, do quantum debeatur" (REsp 693.172/MG, PRIMEIRA TURMA Rel.Min. LUIZ FUX, DJ de 12.9.2005).

2. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1321219/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 02/05/2017, DJe 04/05/2017)

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.
APLICAÇÃO DO CPC/1973. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR

DANO MATERIAL E COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. COBRANÇAS INDEVIDAS. INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. PEDIDO GENÉRICO. POSSIBILIDADE. INDIVIDUALIZAÇÃO DA PRETENSÃO AUTORAL. VALOR DA CAUSA. QUANTIA SIMBÓLICA E PROVISÓRIA.

1. Ação ajuizada em 16/12/2013. Recurso especial interposto em 14/05/2014. Autos atribuídos a esta Relatora em 25/08/2016.

2. Aplicação do CPC/73, a teor do Enunciado Administrativo n. 2/STJ.

3. É pacífica a jurisprudência desta Corte quanto à possibilidade de formulação de pedido genérico de compensação por dano moral, cujo arbitramento compete exclusivamente ao juiz, mediante o seu prudente arbítrio.

4. Na hipótese em que for extremamente difícil a imediata mensuração do quantum devido a título de dano material - por depender de complexos cálculos contábeis -, admite-se a formulação de pedido genérico, desde que a pretensão autoral esteja corretamente individualizada, constando na inicial elementos que permitam, no decorrer do processo, a adequada quantificação do prejuízo patrimonial.

5. Em se tratando de pedido genérico, o valor da causa pode ser estimado em quantia simbólica e provisória, passível de posterior adequação ao valor apurado na sentença ou no procedimento de liquidação.

6. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp 1534559/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 22/11/2016, DJe 01/12/2016)

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para determinar o retorno dos autos à origem para exame das demais questões relativas ao pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de abril de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora